

# “O Bairro está bué diferente”. Políticas públicas, habitação e associativismo num território segregado em Cascais

*“The neighbourhood is very different”. Public policies, housing and associations in a segregated territory in Cascais*

**Pedro Varela<sup>1</sup>, Otávio Raposo<sup>2</sup>, Lígia Ferro<sup>3</sup>, Rita Cachado<sup>4</sup>**

## Resumo

Este artigo analisa as políticas públicas, as dinâmicas de habitação e o associativismo no Bairro da Torre. Trata-se de um território segregado na periferia de Lisboa, atualmente inserido numa área do concelho de Cascais marcada por espaços residenciais de classe alta e turismo de elite. Caracterizado pela diversidade étnico-racial e por uma história de projetos de habitação pública e realojamentos, o bairro tem vivido, nos últimos anos, mudanças significativas, impulsionadas por políticas públicas e mobilização local. Destaca-se neste âmbito a criação de uma galeria de arte urbana, que cobre as paredes de diversos edifícios e na qual os jovens moradores desempenham um papel central, refletindo as dinâmicas de participação e transformação do território. O nosso estudo parte de uma abordagem etnográfica com realização de entrevistas, pesquisa de arquivos e análise de mapas. Através destas técnicas exploramos a memória do bairro e as suas identidades, discutimos as dinâmicas de requalificação urbana, olhamos para o desenvolvimento do associativismo local e para a implementação de políticas públicas, como o Programa Escolhas. O artigo pretende contribuir para a reflexão sobre a intervenção do Estado em territórios marcados por processos de marginalização, nomeadamente sobre a sua juventude, a segregação urbana e o estigma territorial, dando um contributo para a memória deste bairro e, consequentemente, para a história urbana de Cascais e da Área Metropolitana de Lisboa.

**Palavras-chave:** políticas públicas, habitação, segregação, juventude, Área Metropolitana de Lisboa, Cascais

## Abstract

*This paper analyses public policies, housing dynamics and associations in Bairro da Torre, a segregated area on the outskirts of Lisbon, in the municipality of Cascais, currently surrounded by housing and tourism areas of considerable wealth. Characterized by ethnic-racial diversity and a history of public housing projects and resettlements, the neighbourhood has experienced significant changes in recent years, driven by public policies and local mobilization. In this context, we highlight the creation of an Urban Art Gallery, which covers the walls of several buildings and in which young residents play a central role, reflecting the dynamics of participation and transformation of the territory. Our study is based on an ethnographic approach with interviews, archival research and map analysis. Through these techniques, we explore the memory of the neighbourhood and its identities, discuss the dynamics of urban requalification, look at the development of local associations and the implementation of public policies, such as Escolhas Programme. The article aims to contribute to the reflection on state intervention in marginalized territories, namely their youth, urban segregation and territorial stigma, contributing to the memory of this neighbourhood and, consequently, to the urban history of Cascais and the Lisbon Metropolitan Area.*

**Keywords:** public policies, housing, segregation, youth, Lisbon Metropolitan Area, Cascais

1 Iscte - Instituto Universitário de Lisboa, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte), Portugal, Pedro\_Miguel\_Varela [at] iscte-iul.pt

2 Iscte - Instituto Universitário de Lisboa, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte), Portugal, Otavio\_Raposo [at] iscte-iul.pt

3 Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, Portugal, lferro [at] letras.up.pt

4 Iscte - Instituto Universitário de Lisboa, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte), Portugal, Rita.Cachado [at] iscte-iul.pt

## 1. Introdução

O Bairro da Torre ergue-se num território marcado por contrastes da Área Metropolitana de Lisboa (AML). Caracterizado por um historial de segregação e estigma, encontra-se presentemente inserido numa área do concelho de Cascais onde se destacam espaços residenciais de classe alta e turismo de luxo. Este território, atravessado por um passado de pobreza e processos de racialização, foi sendo moldado por sucessivos planos de habitação pública e de realojamentos. Nos últimos anos, o bairro tem vindo a experienciar transformações significativas, resultantes da conjugação entre políticas públicas e mobilização local.

Com base no passado e nos processos atuais deste bairro, o artigo propõe-se a refletir sobre várias questões e problemáticas: de que forma as dinâmicas de habitação e associativismo local influenciam o percurso de um bairro, produzindo ou atenuando efeitos de segregação? Qual o impacto das políticas públicas e da intervenção do Estado em territórios atravessados por processos de marginalização, nomeadamente no que respeita à juventude, à segregação urbana e ao estigma territorial? Pretendemos também dar um contributo para a memória deste bairro e, consequentemente, para a história urbana de Cascais e da AML.

Este trabalho baseia-se numa pesquisa mais abrangente de um projeto de investigação em curso, PERICREATIVITY - Criatividades Periféricas: Juventude, Artes e Políticas Públicas em Territórios Segregados, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT). Para este artigo, mobilizámos trabalho de campo realizado através de pesquisa etnográfica, que incluiu observação participante e registo em diário de campo. Para tal, realizámos quinze entrevistas semiestruturadas e em profundidade. A etnografia no Bairro da Torre, conduzida por dois investigadores autores deste texto (Pedro Varela e Otávio Raposo), começou em março de 2023 e foi concluída em maio de 2025, tendo nós realizado um total de 68 idas a campo.

Acompanhámos várias visitas guiadas à Galeria de Arte Urbana da Torre e participámos num processo de cocriação, desenvolvido em parceria com jovens e lideranças locais ao longo de seis meses em 2024. Nesse âmbito, realizaram-se dois projetos audiovisuais no bairro em cocriação: o primeiro, dedicado à exploração das memórias do território a partir de um percurso biográfico; e o segundo, dinamizado por um grupo de jovens entre os 13 e os 15 anos, maioritariamente raparigas, que procurou evidenciar os aspetos positivos das vivências no lugar onde residem, frequentemente alvo de perspetivas negativas externas. Este processo de cocriação revelou-se fundamental para aprofundar o trabalho de campo e compreender as dinâmicas juvenis de resistência ao estigma<sup>1</sup>.

Para este artigo, realizámos também pesquisa nos Arquivos da Associação de Moradores da Torre e da Cruz da Guia, no Arquivo Histórico Municipal de Cascais, no Arquivo da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna, nos Arquivos dos Debates Parlamentares da Assembleia da República e na RTP Arquivos. Por último, realizámos uma recolha e análise de mapas e de fotografias aéreas do Centro de Informação Geoespacial do Exército, assim como de vídeos e fotografias do passado e presente, partilhadas com diversos habitantes para reflexão. Constituindo-se como uma pesquisa etnográfica urbana, este estudo incluiu ainda uma análise dos dados de subsecções estatísticas dos Censos de 2021, ao nível do bairro, para uma maior aproximação à realidade sociodemográfica. Deste modo, o artigo articula diferentes dimensões empíricas, com o objetivo de oferecer uma leitura crítica e aprofundada das dinâmicas históricas, sociais e urbanas deste território.

Em seguida, apresentamos o Bairro da Torre a partir de reflexões que se evidenciam no contexto das visitas guiadas que ali acontecem, depois iremos debruçar-nos sobre a história da habitação deste lugar e, na sequência, olharemos para os modos como as dinâmicas de segregação e estigmatização afetam estes territórios. Por fim, analisaremos a forma como as políticas públicas se entrelaçam com as dinâmicas associativas, num emaranhado complexo, que tem vindo a tecer um território que consideramos como exemplo-chave para pensar as políticas públicas em bairros segregados em Portugal.

---

<sup>1</sup> Filmes "Do Texas ao Congo" (Pedro Diniz e Madalena Silva); "Torre 404" (Pedro Diniz, Beatriz Santos, Diana Moreira, Diana Sendas e Dylan Soares). Agradecemos aos moradores do Bairro da Torre e aos técnicos que ali trabalham pela calorosa receptividade, ensinamentos e amizade.

## 2. Bairro da Torre: revelando um território através de visitas guiadas

Hoje, ao entrar no Bairro da Torre (Figura 1), somos arrebatados pela imponência das pinturas de *street art* que cobrem as paredes de vinte e oito edifícios de habitação (Figura 2). Situado no concelho de Cascais, este bairro com uma história de processos de marginalização tem sido palco nos últimos anos de várias intervenções artísticas que modificaram a sua paisagem urbana, refletindo novas dinâmicas sociais.

Figura 1. Localização do Bairro da Torre na Área Metropolitana de Lisboa

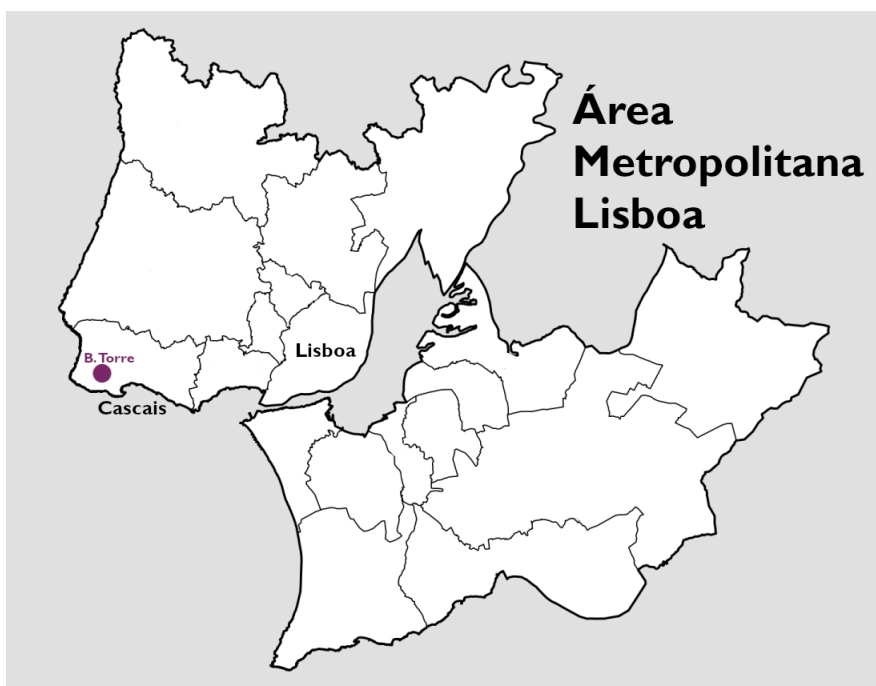


Imagem elaborada por Pedro Varela.

Figura 2. Pintura do Artista SMILE integrada na Galeria de Arte Urbana do Bairro da Torre (2023)



Fotografia: Pedro Varela.

Foi em 2016 que um grupo de jovens, em colaboração com as autoridades municipais e projetos de intervenção social, iniciou esta transformação. Dois anos depois, a recém-criada associação juvenil local *Somos Torre* organizou o primeiro *Festival Infinito*, que, desde então, convida artistas de arte urbana renomados a intervir neste bairro e em outros lugares do concelho. O Infinito é um festival de arte urbana que já vai na sua 7.<sup>a</sup> edição e reúne anualmente artistas durante diversos dias para pintar. É organizado pela associação *Somos Torre*, liderada por jovens do bairro, e tem contado com o apoio da Câmara Municipal de Cascais. Foi neste contexto de transformação pela arte urbana que se iniciaram as visitas guiadas neste território.

As visitas, atualmente conduzidas por Robz e frequentemente direcionadas para turistas estrangeiros, iniciam-se com uma receção calorosa: “Sejam bem-vindos à Galeria de Arte Urbana da Torre. Isto tudo começou em 2016 na requalificação do nosso bairro.” (Visita 29/07/2024)<sup>2</sup>. Robz nasceu em Portugal e cresceu neste bairro; os seus pais vieram de Cabo Verde. É hoje um destacado dirigente associativo juvenil e sua liderança é reconhecida tanto na comunidade como pelas instituições que ali atuam.

Robz costuma explicar que em 2016 os jovens decidiram fazer um “churrasco de ideias”. Nesse evento, onde havia comida e onde se partilharam propostas, percorreram o bairro e identificaram as paredes mais adequadas para serem “requalificadas” através de *street art*. Divididos em grupos de trabalho, foram os jovens que viriam a formar a *Somos Torre*, os principais responsáveis por apresentar a ideia aos habitantes, solicitar financiamento às autoridades locais, organizar reuniões para decidir os temas das pinturas e obter autorizações dos moradores dos prédios. Como recorda: “O bairro estava todo degradado e em três meses já tinha uma galeria de arte urbana”. Ao contrário de outras experiências de “*street-artification*” *top-down* em bairros periféricos de Lisboa (Baudry, 2017; Raposo, 2023), como as da Quinta do Mocho e de Marvila (Raposo, 2018; Campos et al., 2021), aqui a participação dos moradores foi marcadamente *bottom-up*, partindo essencialmente da iniciativa local.

Fundamental para esta transformação visual foi o projeto *Take.it*. Integrado no Programa Escolhas – uma política pública central em territórios atravessados por processos de marginalização e que abordaremos mais detalhadamente adiante – este projeto é dedicado aos jovens do bairro e constitui hoje uma paragem obrigatória na visita. Foi ali que se fortaleceu a ideia de transformar o espaço público através da arte urbana. Robz, que já desempenhou funções de dinamizador comunitário e técnico neste projeto, partilha ali com os visitantes a sua experiência e a importância do *Take.it* para a juventude local.

Estas visitas convidam-nos a refletir sobre o trajeto de um bairro que nasceu há sete décadas, a sua luta contra a marginalização e o papel das políticas públicas que atuam naquele lugar. O primeiro mural por onde passa a visita foi a obra inaugural do *Festival Infinito*. Uma intervenção de Tamara Alves de 2016, intitulada “We Can Be Heroes”, que retrata um lobo, simbolizando “a nossa força interior”, e uma pessoa coroada, representando que “somos os reis da nossa própria história”, explica Robz. Também ali num pequeno muro, surgem três inscrições pintadas a lata de tinta: “404 Torre City”, “Portugal Amo-te” e “Fuck the Police”. O nosso guia recorda que o bairro estava antes repleto de pichações como estas.

Seguimos o nosso percurso até pararmos diante da obra “Pescador”, criada pelo *writer* UTOPIA em 2016. Composta por tinta e azulejos, ela retrata um homem voltado para o mar, com o olhar fixado no horizonte. Neste lugar, Robz comenta: “Antes de ser Bairro da Torre, isto era o Bairro dos Pescadores”. Na verdade, várias outras pinturas evocam essa memória.

Por outro lado, as referências negras e africanas aparecem noutros murais. Um exemplo é a imagem em grande escala de uma mulher negra vestida com traje tradicional africano, com o corpo e o rosto adornados por pinturas (Figura 2). No seu ombro está estampado o número 404. Como explica Robz, essa obra, criada pelo artista SMILE em 2016 e com o título “African Queen”, lembra as pessoas que vieram de África e moram naquela rua.

---

2 No decorrer do nosso trabalho de campo, acompanhamos na íntegra três destas visitas e observámos momentos pontuais destas noutras três ocasiões. Neste artigo a nossa descrição baseia-se principalmente numa visita ocorrida a 29 de julho de 2024, filmada por Pedro Diniz aka Machine, no âmbito de uma experiência de cocriação.

Com uma população aproximada de 1.500 habitantes<sup>3</sup>, o Bairro da Torre apresenta hoje uma composição étnico-racial diversificada, havendo principalmente pessoas brancas e negras. Os habitantes afrodescendentes são, fundamentalmente, de origem cabo-verdiana e, alguns, angolana. Além disso, o bairro é também habitado por pessoas Roma-ciganas, brasileiras, da Europa de Leste e da Ásia Central. A população mais jovem tende a ser mais racializada conforme fomos comprovando ao longo do trabalho etnográfico.

Apesar de existirem várias pessoas negras representadas nas empenas cegas dos edifícios, a toponímia oficial do bairro remete apenas para um passado ligado ao mar, numa cidade que procura celebrar esse legado. Exemplos disso são a Rua Estrela do Mar, Rua dos Pesqueiros, Praça da Gaivota, Travessa do Robalo, a Rua do Coral ou a Rua das Naus. Mesmo em áreas com uma forte concentração de moradores de origem africana essa lógica persiste, como no caso da Rua das Caravelas, onde se encontra o mural do artista SMILE. No entanto, é interessante notar que, na toponímia informal da Torre – especialmente entre a juventude – surjam outros nomes, reveladores de formas alternativas de representar este território. Por exemplo, a Rua do Albatroz, lugar central de sociabilidades juvenis, foi batizada informalmente como *Rua do Kongo*. Para celebrar esta identidade, foi criado, na edição de 2024 do *Festival Infinito*, um novo mural neste lugar. Realizado por Carlos Stock (KIÃ), um artista do bairro, em colaboração com Gonçalo MAR, a obra apresenta um jovem negro vestindo um gorro, com a dobra destacando a palavra “Kongo” (Figura 3). Estampado na manga do casaco, o símbolo 404 reaparece. Este mural está voltado para outro, mais antigo, que representa precisamente o autocarro 404 que atravessa o bairro e que se tornou um signo de identidade juvenil. Em 2012, o bairro perdeu esta carreira após um episódio de apedrejamento que levou à suspensão da sua circulação. O mural, pintado em 2014, simbolizava a mobilização dos moradores pelo regresso do autocarro, que viria a acontecer em 2018.

Figura 3. Pintura dos Artistas Gonçalo MAR e KIÃ integrada na Galeria de Arte Urbana do Bairro da Torre (2024)



Fotografia: Pedro Varela.

<sup>3</sup> Na nossa análise das subsecções dos Censos 2021, verificou-se que uma das cinco subsecções que incluem o Bairro da Torre abrange também alguns edifícios exteriores ao bairro. Assim, as quatro primeiras subsecções indicam um total de 1.281 habitantes, enquanto a última, que está misturada com edifícios exteriores, contabiliza 266 habitantes. Tendo em conta o número de edifícios, estimámos que cerca de dois terços desta última subsecção correspondam a residentes do Bairro da Torre (aproximadamente 177 pessoas). Podemos então apontar para uma população aproximada de 1.458 habitantes (Censos 2021). A inclusão de dados demográficos da população ao longo das décadas não foi possível, uma vez que tal exigiria uma análise comparativa e aprofundada entre diferentes Censos, implicando um investimento analítico e temporal que excede o âmbito do presente estudo.

Logo ao lado, num pequeno largo conhecido como *Gaza*, localiza-se um outro espaço importante para as interações juvenis. Em 2024, foi erguida uma nova obra ali, de YOUTHONE e MOAMI, tendo como figura central uma mulher negra com cabelo “afro”. A pedido dos jovens que frequentam o local, no canto inferior direito da empena os *writers* escreveram: “Gaza Street”.

As toponímias informais, *Kongo* e *Gaza*, refletem realidades e identidades que não encontram expressão na toponímia oficial. Criados e adotados pelos jovens que frequentam esses lugares, são nomes que evocam desde aspetos relacionados à sua origem, como negritude e africanidade, até elementos de celebração das sociabilidades juvenis ali vividas. Ao mesmo tempo, remetem para experiências coletivas de violência, marginalização e resistência.

A visita ao bairro culmina numa zona onde existiam até aos anos 1990 habitações provisórias e autoconstruídas. Hoje, fruto de uma significativa requalificação urbana, erguem-se ali edifícios que acolhem instituições de apoio local e serviços do Estado. No centro, na Praça do Atlântico, foi criado um lugar com bancos, árvores e um espaço desportivo. Nas margens da praça, encontra-se uma zona que começou a ser usada como espaço de churrascos e convívio, contando com um grelhador de tijolo e cimento, construído devido à auto-organização dos jovens do bairro através da associação *Somos Torre*. No limite desta zona está o estádio do clube desportivo da Torre, renovado recentemente. Ao lado, um *skatepark* e um anfiteatro – espaços utilizados na festa anual da comunidade – que refletem as profundas mudanças dos últimos anos, onde se entrelaçam a intervenção estatal e as dinâmicas locais.

No entanto, em contraste com essas melhorias, até 2025 ergueu-se ao lado um edifício inacabado, com tijolos expostos e associado a atividades que se pretendiam esconder dos olhares públicos. Junto ao muro, por vezes era possível encontrar consumidores de *crack* e, ocasionalmente, pessoas em situação de sem-abrigo dormiam ali. A presença desse edifício inacabado relembra que, apesar das transformações, este continuava a ser um bairro marcado pelo estigma territorial e pela marginalização social. Atualmente, num bairro em profundas transformações, avançaram as obras para que o edifício se torne mais um ponto de apoio social para os moradores.

### 3. Dos prédios dos pescadores aos realojamentos

O Bairro da Torre nasceu nos arredores de Cascais (Figura 4) na década de 1960, quando ali foram construídos prédios de habitação social. No final da década de 1980, o bairro conheceu uma nova fase de expansão, realojando os moradores – maioritariamente negros – do antigo bairro autoconstruído da Cruz da Guia e, de seguida, passou por uma nova etapa, desta vez integrada no Plano Especial de Realojamento (PER)<sup>4</sup>. Atualmente, o bairro conta com 59 prédios residenciais de quatro e cinco pisos, que abrigam cerca de 580 habitações e, como foi referido anteriormente, tem aproximadamente 1.500 habitantes (Figura 7). O percurso deste lugar reflete, em grande medida, a própria história da habitação em Portugal – desde o intenso processo de urbanização nos anos 1960, passando pelas zonas autoconstruídas, até aos realojamentos promovidos pelo PER, história essa marcada por processos de injustiça social e por dinâmicas complexas (Seixas e Antunes, 2019), com reflexos até à atualidade, quando a habitação precária volta a crescer e a habitação em geral é vista como um problema social.

---

4 O PER foi o maior programa de habitação pública das últimas décadas. Lançado em 1993 e concluído em 2023, tinha como objetivo eliminar os bairros autoconstruídos considerados degradados das Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto e realojar as suas populações. O programa teve um impacto social e urbanístico profundo, embora tenha sido também marcado por críticas e processos considerados injustos, que deixaram muitas famílias sem uma solução habitacional.

Figura 4. Localização do Bairro da Torre no Concelho de Cascais



Imagem elaborada por Pedro Varela com base na Ortofotocartografia de InfoPortugal.

O Arquivo Municipal Histórico de Cascais revela um anteprojecto para o Bairro da Torre, datado de 1956 e assinado por Ruy Jervis d’Athouguia, um dos arquitetos por trás dos icónicos edifícios da Fundação Calouste Gulbenkian. Embora o desenho modernista que acompanha a memória descritiva não tenha sido concretizado, destaca-se o seu título: “Bairro para Pessoas Pobres na Povoação da Torre” (AHMC, 1960–1993). Em 1958, um outro projeto que já se assemelha ao definitivo intitula-se “Torre: Blocos de Habitação para Famílias Modestas” (AHMC, s.d.). Depois, um plano de obras do início da década de 1960, em terrenos cedidos pela Câmara Municipal, refere: “Urbanização de um Bairro para Alojamento de Famílias Pobres em Cascais (Torre)” (AHMC, 1952–1973). Estas designações não apenas refletem a origem social deste lugar, o regime político e a visão da época, como lançam luz sobre o estigma que tem acompanhado este território ao longo de décadas, onde se perpetuou, apesar de todas as alterações urbanísticas e de políticas públicas, a marginalização.

Os primeiros prédios a surgir foram fomentados pela Junta Central das Casas dos Pescadores<sup>5</sup>, em 1962, e depois surgiram os da Caixa Nacional de Previdência<sup>6</sup>, em 1966. Quando emergiram estes primeiros edifícios, esta zona ficava distante e isolada do núcleo urbano de Cascais, paredes-meias com o Cemitério da Guia (Figura 5). Foram precisamente as famílias de pescadores as primeiras moradoras do Bairro da Torre, reunidas em quatro linhas edificadas junto à Rua da Torre, uma zona por vezes referida como o Bairro dos Pescadores. Além disso, existem relatos que indicam que parte das mulheres que se mudaram para o bairro eram operárias conserveiras<sup>7</sup>.

Existe uma narrativa local, de que alguns dos pescadores e operárias eram realojados da Baixa de Cascais, nomeadamente na área onde foi construído o Hotel Baía, entre 1959 e 1962. Seria este um primeiro processo de realojamento e segregação socioespacial ligado às políticas direccionadas para o turismo naquela região, cuja larga expansão ao longo do tempo continua a moldar urbanisticamente o concelho?

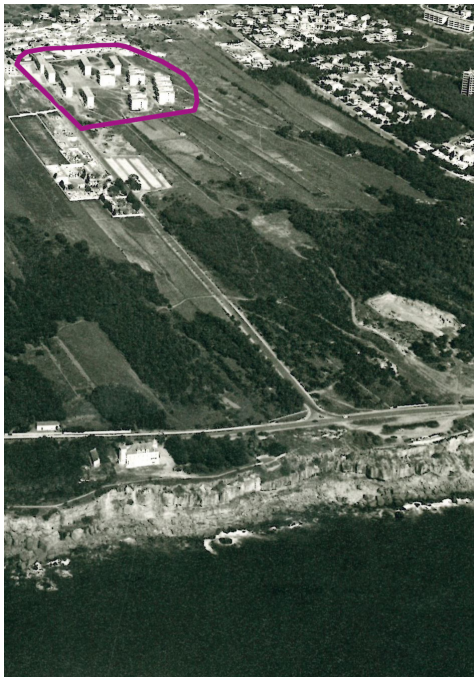
<sup>5</sup> A Junta Central das Casas dos Pescadores (1938-1976), criada pelo Estado Novo, constituía uma das estruturas centrais do carácter cooperativo e de controlo social da ditadura, coordenando as Casas dos Pescadores. Estas reuniam patronato e trabalhadores na mesma instituição e desempenhavam funções educativas, ideológicas, de assistência e de previdência social.

<sup>6</sup> A Caixa Nacional de Previdência, criada em 1929, foi uma instituição responsável pela previdência mútua do funcionalismo. A promoção de edifícios para habitação por esta instituição é discutida, por exemplo, por Raul da Silva Pereira (1963).

<sup>7</sup> Convém mencionar que, segundo alguns testemunhos recolhidos, nesses prédios também foram viver algumas pessoas com empregos ligados à Câmara Municipal de Cascais.

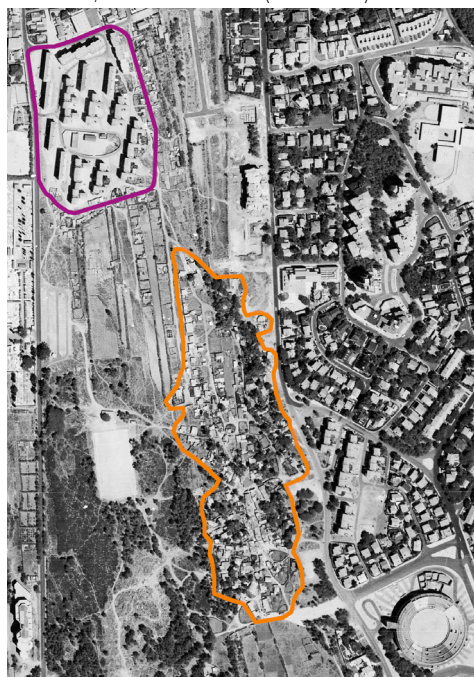
Na segunda metade dos anos 1960, com a construção dos prédios de habitação social da Caixa Nacional de Previdência – destinados a famílias da classe trabalhadora de diversos setores –, e o conseqüente aumento demográfico no bairro, os pescadores tornaram-se uma minoria. Já na segunda metade da década de 1970, surgiram também os edifícios habitacionais da Fundação Cardeal Cerejeira (AHMC, 1975–1979).

Figura 5. Fotografia Aérea anos 1960, Bairro da Torre em destaque, sem evidência ainda do aglomerado autoconstruído do Bairro da Cruz da Guia



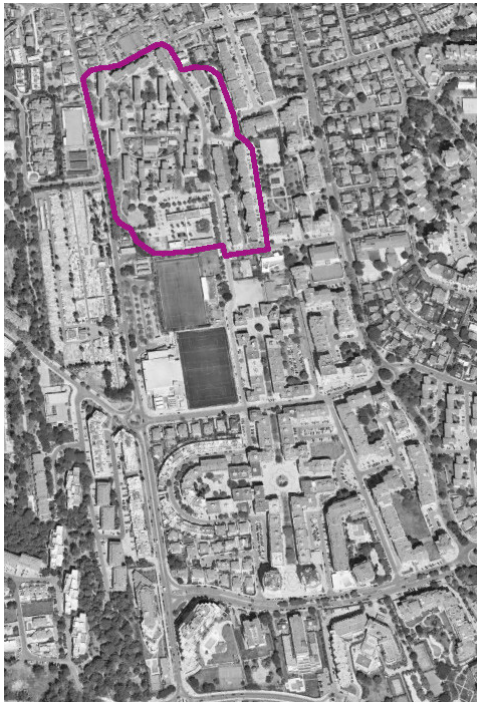
Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Cascais, AHMC (1960).

Figura 6. Fotografia Aérea de 1986, Bairro da Torre (em cima) e Bairro da Cruz da Guia (em baixo)



Fonte: Centro de Informação Geoespacial do Exército (1986).

Figura 7. Bairro da Torre delimitado em 2023



Fonte: Google Earth (2023).

Paralelamente, entre os anos 1960 até 1980, foi crescendo o Bairro da Cruz da Guia, que se estendia das imediações do Bairro da Torre até à já demolida Praça de Touros (Figura 6). Nesta zona de autoconstrução, inicialmente de pessoas brancas, foram-se instalando moradores de origem africana, principalmente vindos de Cabo Verde, São Tomé e Príncipe<sup>8</sup> e Angola.

Este é um período em que se assistiu a uma expansão significativa de bairros autoconstruídos na Área Metropolitana de Lisboa (Salgueiro, 1977; Antunes, 2018). O aumento destes territórios a nível nacional respondia a um processo mais amplo de um vazio da promoção legal da habitação no país (Cachado, 2013). Chamado oficialmente como Bairro da Cruz da Guia, este é ainda conhecido pelos antigos habitantes pelo nome informal de “Texas”. No contexto português, esta denominação remete para um imaginário ligado à marginalidade e a um lugar “sem lei”. Recordando este imaginário, mas também os fortes laços da comunidade, uma antiga moradora, que nasceu em Angola, comentou:

“Toda a gente chamava primeiro de barracas e depois diziam que era o Texas. Não sei porque se criou a ideia do Texas. Porque certamente seria algo um bocado mais confuso, conflituoso, não sei muito bem. Recordações que eu tenho desse tempo: lembro-me de uma vida calma, apesar de toda a necessidade, de vizinhos que se davam muito bem, que se ajudavam uns aos outros, de uma vivência que até aos dias de hoje, com os vizinhos dessa data, nos consideramos como irmãos.” (Entrevista a antiga moradora da Cruz da Guia de Pedro Varela, 08/02/2024)

Vale a pena recordar aqui uma referência à Cruz da Guia feita em 1980, durante um debate parlamentar. Na ocasião, a deputada Helena Cidade de Moura, do MDP/CDE, já alertava para uma região marcada por profundas desigualdades. De um lado, a Quinta da Marinha, um dos mais famosos condomínios de luxo do país que ficava ali perto; do outro, uma comunidade que tentava superar graves dificuldades:

“O Sr. Deputado Ferreira do Amaral fez uma referência à Quinta da Marinha. Gostaria de perguntar se o Sr. Deputado conhece – é muito possível que não conheça – o

<sup>8</sup> As pessoas que vinham de São Tomé e Príncipe eram fundamentalmente de origem cabo-verdiana e faziam parte dos milhares de pessoas que tinham sido levadas durante o período colonial para São Tomé e Príncipe, muitas vezes sujeitas a condições de exploração desumanas nas roças.

bairro de lata da Cruz da Guia [...] e que tem água só desde o 25 de Abril, ainda que apenas uma torneira, pois antes do 25 de Abril era necessário, após as 17 horas, saltar o muro do cemitério para as pessoas que aí vivem obterem um pouco de água e que ficava a cerca de 500 m." (Assembleia da República, 1980)

Em 1985, um despacho da Câmara Municipal de Cascais referia a necessidade de realojar os habitantes da Cruz da Guia. A emergência disso devia-se, segundo estes, a problemas que proliferavam "[...] no extenso e degradado bairro clandestino [...]" como "[...] droga, prostituição, homossexualidade, assaltos à mão armada, roubos etc [...]" (AHMC, 1964–1993).

Gostaríamos de salientar que, neste despacho, há um foco nos imaginários estigmatizantes de violência e marginalidade da zona, sem qualquer referência à pobreza ou às precárias condições habitacionais do bairro. Além disso, é evidente neste documento a omissão da questão étnico-racial, nesta época provavelmente ainda pouco relevante na "construção imaginada" da marginalização urbana da AML.

Figura 8. Demolição do Bairro da Cruz da Guia em 1990



Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Cascais, AHMC (1986–2001).

Entre 1989 e 1991, a Câmara Municipal de Cascais promoveu o primeiro processo de realojamento da Cruz da Guia (Figura 8), transferindo parte dos residentes para novos prédios na Torre (Cascais Envolvente, 2013, p. 8). Simultaneamente, foi implantada no Bairro da Torre uma zona de moradias pré-fabricadas e provisórias – conhecidas como as “Verdes” – destinadas a famílias que aguardavam realojamento. Embora a maioria das casas autoconstruídas tenha sido demolida durante esse processo, algumas permaneceram (Figura 9).

Figura 9. Bairro da Torre na década de 1980 ainda sem estradas alcatroadas, passeios e com habitações autoconstruídas



Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Cascais, AHMC (1986–2001).

Por fim, entre 1997 e 2000 e integrado no PER, iniciar-se-ia uma nova fase de construção de prédios na Torre (Cascais Envolvente, 2013, pp. 8-9). Para as novas casas foram viver, maioritariamente, as famílias que estavam nos pré-fabricados, nas casas autoconstruídas que se mantiveram na área, bem como outras provenientes de bairros autoconstruídos mais distantes, como as Marianas (Carcavelos) ou Tainhas (Parede) (PER atlas, 2019). No entanto, nem todas as famílias que viviam nos pré-fabricados foram realojadas na Torre, sendo encaminhadas para bairros sociais mais distantes.

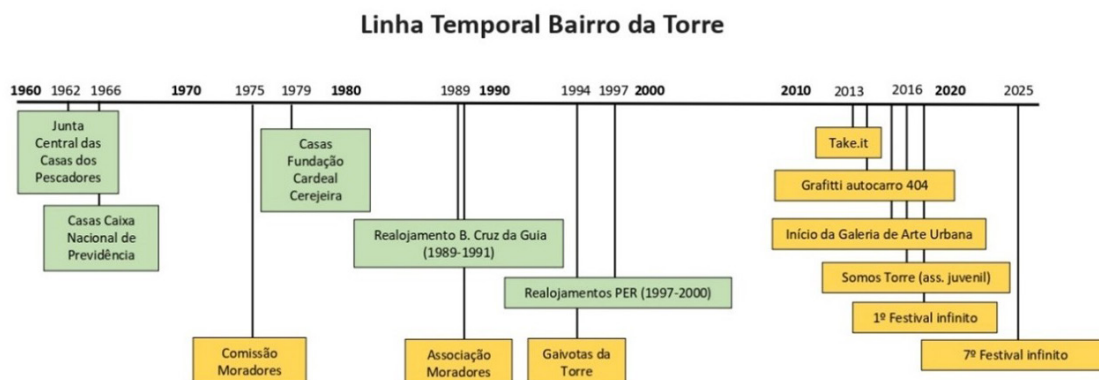
Uma reportagem da RTP de 2001 relembra o caso de uma moradora cuja casa pré-fabricada foi demolida sem que lhe fosse garantido o direito ao realojamento. Diante dessa situação, a pessoa construiu uma casa improvisada, feita de madeira e plástico, para se abrigar (RTP Arquivos, 2001). Este episódio lembra que, naquele bairro onde agora só já existiam prédios, a precariedade habitacional, a injustiça social e a marginalização continuavam a marcar presença.

Para além da habitação social, o Bairro da Torre conta atualmente com um número significativo de casas adquiridas – um processo que, segundo os moradores, teve lugar durante a década de 1990, quando foi permitida a compra de apartamentos de habitação pública por parte das famílias que nelas viviam. A nossa análise das subsecções dos dados do Censos 2021 para o bairro indica que cerca de metade das habitações são atualmente propriedade privada (Censos, 2021). Assim, no mesmo prédio podemos encontrar casas de habitação social e privadas. A existência de casas compradas tornou o bairro vulnerável à especulação imobiliária, os imóveis são vendidos a preços inacessíveis para os antigos moradores e os novos proprietários ou arrendatários pertencem, em geral, a estratos socioeconómicos mais elevados. Através de condições propícias à especulação imobiliária e à substituição gradual de moradores – fenómenos que remetem para dinâmicas de gentrificação – vários bairros em Portugal têm vindo a ser transformados, num processo que se tem aprofundado nos últimos anos. Embora esta problemática não constitua o foco central do presente artigo, a sua consideração é importante para compreender as atuais transformações socioespaciais deste lugar.

A história da habitação no Bairro da Torre (Figura 10) revela diferentes fases das políticas e transformações habitacionais em Portugal: dos bairros para “pessoas pobres” do Estado Novo aos realojamentos de zonas autoconstruídas; de uma segregação urbana dirigida a populações portuguesas brancas centrada na classe social, para uma segregação racializada, em que a componente étnico-racial se torna uma variável central (Alves, 2019, 2021).

De seguida, procuraremos compreender em maior profundidade como a segregação e a estigmatização se relacionam com as políticas públicas, tomando como referência o Bairro da Torre.

Figura 10. Linha Temporal Bairro da Torre



Elaborada por Rita Cachado e Pedro Varela.

#### 4. Segregação, estigma e políticas públicas em territórios marginalizados

Após décadas de expressiva urbanização, o Bairro da Torre deixou de ser um espaço isolado e distante do centro de Cascais. Atualmente, está localizado numa das áreas mais ricas da AML, rodeado por condomínios de luxo, mansões, resorts e hotéis. É neste contexto que, na última década, o bairro tem recebido especial atenção, através de investimentos das autoridades locais e do Estado, tanto para a transformação do espaço público como para projetos artísticos e iniciativas voltadas para a inclusão social dos jovens. Apesar desta atenção, o estigma territorial persiste, e o bairro continua a ser associado à incivilidade, à pobreza e ao crime.

Segundo Loïc Wacquant (2007), em todas as metrópoles do Norte Global existem bairros que são frequentemente descritos como “infernos urbanos” – espaços retratados e imaginados, pelo Estado, *media* e academia, como focos de violência e negligência. Como afirma o autor, a percepção negativa sobre estes lugares é suficiente para gerar consequências sociais nefastas:

“Whether or not these areas are in fact dilapidated and dangerous, and their population composed essentially of poor people, minorities and foreigners, matters little in the end: the prejudicial belief that they are suffices to set off socially noxious consequences.”<sup>9</sup> (Wacquant, 2007, p. 68).

O Bairro da Torre, assim como outros no concelho de Cascais, como os bairros da Adroana, Cruz Vermelha e Fim do Mundo, enquadram-se nesse estigma. O estigma territorial urbano contribui para a marginalização social das suas populações, consolidando uma imagem pública negativa que influencia a forma como são percebidas e tratadas pelos poderes públicos. A desvalorização simbólica dos territórios estigmatizados, por outro lado, enfraquece a legitimidade das reivindicações dos seus residentes, abrindo caminho para a implementação de políticas estatais de penalização da pobreza que, em vez de enfrentarem as causas estruturais da exclusão social, acabam por reforçar as desigualdades sociais e espaciais (Machado da Silva, 2008; Blokland, 2019; Wacquant, 2023).

Os efeitos do estigma territorial têm sido debatidos em diferentes partes do mundo. Nos “guetos” dos EUA, sobressaem as lógicas de “descivilização”, “demonização do proletariado negro” (Wacquant, 2008) e “apartheid” racista (Bourgois, 1995); nas favelas brasileiras e *banlieus* francesas, a criminalização prévia das suas populações legitima ações violentas da polícia (Machado da Silva, 2008; Leite, 2012; Raposo, 2014) e transforma os seus habitantes numa suposta ameaça aos valores da sociedade dominante (Hancock et al., 2018; Wetering, 2020). Nestes contextos, os jovens racializados são os principais alvos dos discursos estigmatizadores, seja associando-os a comportamentos desviantes, seja responsabilizando-os pelos problemas de insegurança na cidade.

Intimamente ligadas à problemática da estigmatização territorial estão as lógicas de segregação urbana. As representações desqualificadoras (ou enobrecedoras) de um lugar e dos seus residentes não surgem num “vazio de poder”; pelo contrário, estão ligadas às capacidades diferenciadas dos agentes de mobilizar recursos materiais e simbólicos, bem como de usufruir dos “lucros do espaço”, expressos nas vantagens da distribuição espacial de bens, serviços e outros capitais (Bourdieu, 2013, p. 138). Não por acaso, as reflexões sobre os diferentes padrões de segregação e desigualdade urbana, desde a abordagem pioneira da Escola de Chicago, enfatizarem a organização física das cidades – divididas em guetos, subúrbios residenciais de classe média, bairros étnicos, etc. (ver Park, 1973 [1916]; Wirth, 1938). Se a perspetiva de “reforma social” dessa escola se preocupava em conhecer os diferentes problemas e modos de vida urbanos (Becker, 1996), a partir da “organização ecológica da cidade” (Park, 1973 [1916]), décadas mais tarde, abordagens de matriz marxista passaram a enfatizar a segregação socioespacial e a desigualdade territorial, procurando compreender as estruturas hierárquicas da sociedade capitalista (Harvey, 1973; Castells, 1975; Lojkine, 1979). Nessa linha de pesquisa, as disparidades entre centro e periferia espelhavam um modelo de crescimento urbano profundamente estratificado, em que o “direito à cidade” (Lefebvre, 2011 [1968]; Harvey, 2008) é negado àqueles que vivem nas margens urbanas.

No seu mais recente livro, Loïc Wacquant (2023), inspirado por Pierre Bourdieu, convida-nos a explorar a cidade através de um olhar triplético, que articula espaço simbólico, espaço social e espaço físi-

9 “Se essas áreas são de facto degradadas e perigosas, e se a sua população é ou não composta essencialmente por pessoas pobres, minorias ou estrangeiros, pouco importa no fim de contas: a crença preconceituosa de que elas o são é suficiente para desencadear consequências socialmente perigosas.” (tradução livre dos autores).

co. Uma das suas principais preocupações é analisar o estigma territorial, procurando compreender tanto os processos de penalização da pobreza na atual ordem neoliberal como o impacto da “marca do lugar” na vida dos residentes de territórios desacreditados (Wacquant, 2023, p. 41). Considerado um fenómeno novo por Wacquant, o estigma territorial ao qual certos bairros marginalizados estão sujeitos seria produzido pelo Estado, que aciona de forma seletiva a “desonra espacial” (Wacquant, 2023, p. 169). Esse estigma territorial funciona ainda como um instrumento de legitimação para a disciplinarização e o controlo social, integrando-se na lógica da governamentalidade neoliberal.

A gestão punitiva dos indesejáveis urbanos por meio de políticas disciplinadoras está profundamente ligada a processos de racialização dos bairros estigmatizados (Raposo et al., 2019; Wacquant, 2023). Desta forma, as regiões consideradas (i)morais e perigosas costumam ser racialmente conotadas, e vice-versa, num processo de “racialização do espaço” (Razack, 2002; Alves, 2019) que incentiva as lógicas de segregação socioespacial, repressão policial e ostracização social.

Para além da gestão punitiva, a marginalidade urbana é governada também através da integração. É este o argumento de Justus Uitermark, quando refere, que na Europa Ocidental surgiu um “regime integracionista” distinto para governar a marginalidade:

*“Whereas many authors suggested that the surveillance of borders between segregated areas is key to the governing of marginality in the USA and perhaps the postindustrial city generally, I suggest that – at least in Western Europe – a distinct integrationist regime for governing marginality has emerged.”*<sup>10</sup> (Uitermark, 2014, p. 1431)

Como também lembram Veena Das e Deborah Poole (2004), o Estado não se enfraquece ou é menos articulado nas margens urbanas. Na verdade, as margens ou periferias são um elemento necessário do Estado para legitimar, por meio do contraste com o centro, a aplicação das suas regras. Partindo deste pressuposto, em territórios segregados e periféricos – que são também produtos da ação estatal –, impõem-se formas de governação específicas, cujas consequências para quem ali vive resultam numa maior disciplinarização e controlo da população (Wacquant, 2023). Essas estratégias podem variar desde a intensificação da vigilância e da repressão policial até políticas de inclusão social, nas quais a chamada “população de risco” é engajada em práticas de autogovernança por meio dos discursos de empreendedorismo, empoderamento ou protagonismo (Souza, 2008; Raposo, 2022). Jacques Donzelot (1979), mostra também como um complexo controlo social das famílias e dos jovens, não tão centrado na punição dos crimes, foi-se formando através da filantropia, da assistência social, da educação obrigatória e da psiquiatria.

Num contexto de retração do Estado de bem-estar social – caracterizado pelo enfraquecimento das políticas macrossociais de redução das desigualdades –, as intervenções estatais deixaram de ter como foco o fim da pobreza e dos seus efeitos de marginalização (Uitermark, 2014). Diante deste cenário, muitos países têm adotado políticas de inclusão social de baixo custo, cujo foco é a gestão da pobreza e da conflitualidade urbana. Privilegia-se, assim, uma abordagem focalizada em certos bairros e populações, entendidos como “problemáticos” e “de risco”, em que o objetivo é tornar mais governáveis esses “territórios indisciplinados” (Uitermark, 2014, p. 1427). No contexto das políticas para bairros marginalizados, criar estruturas de intervenção corretivas e preventivas representa uma abordagem adicional ou complementar ao controlo social, substituindo ou acompanhando a segregação, a repressão e o controlo social (Cohen, 1985; Castel, 1991; Kwon, 2013; Uitermark, 2014; Raposo, 2022).

O envolvimento das comunidades na governança de bairros atravessadas por processos de marginalização tem sido amplamente incentivado pelas atuais políticas públicas de inclusão social em toda a Europa Ocidental. No entanto, esse novo paradigma de “empoderamento comunitário”, como recorda Ash Amin (2005, p. 630), não promove a equidade e justiça social, mostrando-se incapaz de, por si só, transformar a economia e a sociedade nesses territórios.

Atualmente, os programas e fundos estruturais da União Europeia desempenham um papel fun-

<sup>10</sup> “Embora muitos autores tenham sugerido que a vigilância das fronteiras entre áreas segregadas é fundamental para a governação da marginalidade nos EUA e talvez na cidade pós-industrial em geral, sugiro que, pelo menos na Europa Ocidental, tenha surgido um regime integracionista distinto para governar a marginalidade.” (tradução livre dos autores).

damental na promoção dessas abordagens mais localizadas e integradas, em que se privilegia o envolvimento da comunidade e de diferentes setores da sociedade civil na governação urbana (Aalbers & Beckhoven, 2019). Segundo estes autores, a ideia de lidar com os problemas urbanos de forma mais integral ganhou impulso na União Europeia no final dos anos 1990, quando as políticas setoriais tradicionais passaram a ser vistas como insuficientes para lidar com a complexidade dos problemas urbanos. Neste contexto, as novas abordagens passariam a ser caracterizadas por uma visão de cooperação mais horizontal nas fases iniciais e, em etapas posteriores, por uma orientação (parcialmente) de cima para baixo (Jacquier, 2005; Aalbers & Beckhoven, 2019).

O Programa Escolhas (doravante, apenas Escolhas), que atua no Bairro da Torre através do projeto *Take.it*, é hoje a principal política pública dirigida à juventude empobrecida, racializada e periférica em Portugal (Raposo, 2022). O Escolhas deve ser interpretado à luz desta nova abordagem, na qual se espera que as instituições inseridas em áreas marginalizadas sejam corresponsáveis pela gestão da conflitualidade social e urbana, com financiamento estatal e, sobretudo, sob o seu controlo. Paralelamente, promove-se o envolvimento dos jovens nas ações que o Escolhas realiza nos bairros “de maior vulnerabilidade socioeconómica” (Conselho de Ministros, 2023). Isto deve ser analisado a partir de outras dimensões fundamentais, relacionadas com o “controlo social” e o fator de “risco” associados às políticas públicas dirigidas às juventudes.

O Escolhas foi criado em 2001 com o objetivo principal de “prevenção da criminalidade e inserção dos jovens dos bairros mais vulneráveis” (Diário da República, 2001, p. 6). No entanto, ao longo do tempo foi se afastando de um discurso criminal, tendo as conceções de “risco” e “inclusão” ganhado um maior destaque. Atualmente sob a tutela do Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ), após vários anos em que esteve integrado no Alto Comissariado para as Migrações, o Escolhas encontra-se na sua 9.ª geração. A última edição, iniciada em 2023, integra 118 projetos distribuídos por todo o país, com especial concentração nas Áreas Metropolitanas do Porto e de Lisboa, sendo que nesta última localizam-se 39 projetos, 33% do total. Os projetos são selecionados a partir de diagnósticos de necessidades em territórios socioeconomicamente marginalizados e acompanhados por consórcios locais que reúnem entidades públicas e/ou privadas. Atualmente, o Escolhas é financiado pelo Orçamento do Estado e pelos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (Programa Escolhas, 2025).

Se as políticas de habitação implementadas ao longo das últimas décadas, aliadas às lutas dos moradores por habitação, transformaram radicalmente a face do Bairro da Torre, hoje são as políticas públicas de inclusão social que assumem esse papel. Ao mesmo tempo que o bairro ganhou novas instituições e valências, o associativismo local também mudou de configuração. Na próxima secção do texto, iremos debater essas transformações, dialogando também com as lógicas de estigmatização e segregação urbana presentes no território.

## 5. Construindo uma comunidade: associativismo e políticas públicas no Bairro da Torre

Desde que a periferia emergiu como um tema de interesse no debate público em Portugal, através dos *media* e das instituições políticas, na década de 1990, os bairros segregados, periféricos ou autoconstruídos da AML passaram a ser representados no discurso dominante como espaços não-brancos, associados à marginalidade, violência e crime (Raposo et al., 2019). Vivia-se então um contexto marcado pela recente adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia. Os bairros de autoconstrução, muitos deles habitados por pessoas racializadas, passaram a ser percecionados como um entrave às novas visões de desenvolvimento nacional, sendo “[...] imaginados para lá da fronteira da modernidade e da europeidade.” (Alves, 2021, p. 81). Como observa Kesha Fikes (2009), consolidava-se na época um novo tipo de relação entre origem étnico-racial e cidadania – neste caso, portuguesa-europeia – construída em oposição às populações migrantes e negras, funcionando, assim, como um mecanismo de exclusão.

É neste panorama que, em 1995, fotografias de crianças a brincar numa área degradada e numa rua com casas provisórias do Bairro da Torre foram destaque num jornal local (Figura 11). O periódico

escrevia em tom marcadamente preconceituoso: “Pior que as Favelas do Brasil e os Ghettos Americanos, só o Bairro da Torre, em Cascais”, e referia que o bairro estava “entalado na zona mais cosmopolita e turística de Cascais” (Rota das Linhas, 1995).

Essa localização privilegiada levou a investigadora Alda Teixeira Gonçalves (1999) a afirmar que o Bairro da Torre era uma “periferia central”, porque ao longo do tempo, com o crescimento da zona urbana de Cascais, passou a ocupar uma localização privilegiada. Afirmava ainda que a reabilitação urbana pretendia “[...] contribuir para a melhoria das condições e qualidade de vida dos seus residentes [...], uma vez que a centralidade desta área em Cascais [...] deixou de admitir os contrastes e discrepâncias ainda visíveis.” (Gonçalves, 1999, p. 130).

Figura 11. Bairro da Torre em 1995, do lado direito pode-se ver as casas provisórias “Verdes”



Fonte: Rota das Linhas, 01/11/1995.

Embora a segregação urbana e o estigma territorial continuem a pesar sobre a população do Bairro da Torre, existindo um profundo contraste socioeconómico com o que a rodeia, ocorreram mudanças significativas na passagem para o novo milénio, tanto no âmbito da reabilitação urbana quanto das políticas de inclusão social. As últimas moradias provisórias ou autoconstruídas foram demolidas, as ruas de terra batida passaram a ser alcatroadas, os prédios com o exterior degradado foram pintados e as paredes com pichações foram desaparecendo. Também foram construídos ou reabilitados vários equipamentos públicos no seu interior.

O Bairro da Torre é marcado pela presença de múltiplos projetos de intervenção social promovidos por diversas instituições e associações (Figura 10). Um cartaz do início deste milénio, encontrado por nós nos Arquivos da Associação de Moradores com o título “Cascais - Instituições Locais Bairro da Torre - Cruz da Guia”, listava diversas estruturas ainda hoje ativas no bairro, como a Associação de Moradores, o Clube Gaivotas da Torre, a Associação Familiar e Desportiva da Torre, a AMI - Centro Porta Amiga, o ATL - Antigas Alunas e Alunos das Filhas de Maria Auxiliadora, a Cooperativa Torre Guia, o Centro de Dia da Torre, o Jardim-de-Infância da Torre, a Escola EB 1 Torre e o Gabinete Local da Torre - Cruz da Guia do Município de Cascais (CMC, s.d.).

Vem de longe a história deste associativismo e de projetos de intervenção social. Antes do 25 de abril de 1974 existia uma “sociedade” nas imediações do bairro social (Sociedade Instrução Familiar da Torre, s.d.). O seu edifício, que ainda existe, tem um antigo palco, um café-bar e um espaço que ocupa a sua extensão para o jogo da laranjinha, um jogo tradicional, hoje muito raro de se ver.<sup>11</sup> Atualmente o espaço é gerido pela Associação Desportiva da Torre, mas na sua fachada, numas letras forjadas a ferro, surgem ainda as iniciais da extinta SIFT (Sociedade Instrução Familiar da Torre). Ali, onde antes havia bailes e cinema, lembrados com nostalgia pelos mais velhos, é ainda

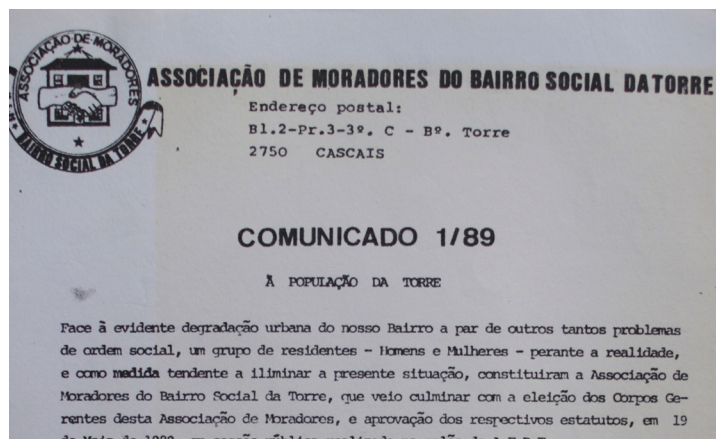
<sup>11</sup> Num trabalho realizado nos anos 1980, Graça Cordeiro desenvolveu pesquisa etnográfica no bairro lisboeta de Campo de Ourique onde esta prática era comum nas coletividades locais (Cordeiro, 1987). A Laranjinha não voltaria a ser objeto de pesquisa etnográfica e foi com surpresa que a encontramos no concelho de Cascais nos anos 2020.

lugar de encontro, principalmente de homens brancos, muitos deles antigos pescadores.

Durante a Revolução em Portugal de 1974-1975, foi naquela sociedade que se fez uma importante reunião que levaria à formação da primeira comissão de moradores do bairro. Como nos disse em entrevista uma dirigente histórica da associação de moradores:

“No 25 de Abril o bairro estava uma desgraça [...] [O vereador] foi à sociedade da Torre fazer uma palestra. Tempo de eleições, se calhar [...]. E então, a gente aí começou a pensar... isto é em 75... começou a pensar em formar uma Comissão de Moradores. (Entrevista a dirigente associativa de Pedro Varela, 02/02/2024)

Figura 12. Comunicado da Associação de Moradores do Bairro Social da Torre (1989)



Fonte: Arquivo da Associação de Moradores da Torre e Cruz da Guia (AMBTCC, 1989).

Foi a partir dessa comissão que no final dos anos 1980 se criaria a *Associação de Moradores do Bairro Social da Torre* (Figura 12). Mais tarde, o seu nome mudaria para *Associação de Moradores do Bairro da Torre e Cruz da Guia*<sup>12</sup>, sendo assim que ficaria identificada na sua oficialização (AMBTCC, s.d.).

Até há pouco mais de uma década, a *Associação de Moradores* era das organizações mais relevantes do bairro. Tratava-se de uma estrutura liderada por um conjunto de habitantes, predominantemente portugueses brancos – uma representação que, a certa altura, já não refletia a diversidade existente no território –, destacando-se nela várias figuras centrais na organização da comunidade no período pós-Revolução dos Cravos. A sua atividade centrava-se na luta por melhores condições de vida, de habitação e de espaços públicos para os moradores e tinha ainda um papel importante nas atividades comunitárias, nomeadamente através da organização de festas. Era, acima de tudo, uma ferramenta central no diálogo reivindicativo dos moradores com as estruturas do Estado, em particular com a Câmara Municipal. Atualmente a associação não tem a dinâmica e relevância de outrora, direcionando as suas atividades para questões mais burocráticas e de ligação com as autoridades locais.

A situação remete para o estudo de Walter J. Nicholls (2006) sobre o associativismo em França, onde o autor aponta que as políticas públicas voltadas para áreas urbanas marginalizadas, baseadas na organização comunitária, acabaram por burocratizar e enfraquecer as organizações locais. O Estado incentivou parcerias com o associativismo de bairro, mas impôs uma burocracia que profissionalizou e instrumentalizou politicamente o financiamento. Segundo o autor, através de métodos de gastos reduzidos de fornecer serviços sociais, provocou-se a fragmentação do setor associativo de bairro nas cidades e enfraqueceram-se as capacidades do setor para funcionar como espaço de coesão local, contribuindo para a desorganização social dos territórios marginalizados.

<sup>12</sup> Este novo nome, incluindo Torre e Cruz da Guia, denotava a antiga distinção que se tinha criado no bairro. A Torre referia-se à zona dos edifícios mais velhos sendo que a Cruz da Guia representava os prédios de realojamento mais recentes. No entanto, presentemente, todo o bairro é conhecido pela sua população apenas como Bairro da Torre e, apesar do nome Cruz da Guia ainda existir na documentação institucional, ele remete, no entender de quem foi realojado, ao seu antigo bairro autoconstruído.

Em 1994, surgiu uma nova estrutura no bairro da Torre, promovida por pessoas ligadas a instituições religiosas: a *Associação Gaivotas da Torre*. Hoje, a associação desenvolve importantes intervenções direcionadas a crianças e idosos. A Torre conta ainda com um clube desportivo, a *Associação Familiar e Desportiva da Torre*, fundada em 1988, que gere o edifício da antiga sociedade e um estádio com um campo de futebol de onze.

Como referimos anteriormente, uma das mais relevantes intervenções sociais neste território ocorre através do projeto *Take.it*, um lugar privilegiado de atividades de inclusão social e de sociabilidades juvenis. Este projeto, em funcionamento desde 2013 e financiado no âmbito do Escolhas, tem como entidade promotora a Câmara Municipal de Cascais. Conta atualmente com uma equipa de seis pessoas que atuam em dois bairros (Torre e Fim do Mundo), complementada por mais dois técnicos da Câmara Municipal que estão diretamente no terreno. A equipa tem sido integrada ao longo dos anos por diversos jovens dinamizadores e técnicos locais. Seguindo as diretivas implementadas pelo Escolhas, o projeto é orientado por estratégias de formação profissional, arte e criatividade, empoderamento e participação cidadã, incentivando o envolvimento dos jovens na resolução dos problemas comunitários. Foi a partir dessa perspetiva que o projeto *Take.it*<sup>13</sup> impulsionou a formação da associação juvenil *Somos Torre*, sobre a qual nos debruçaremos a seguir.

Atualmente, o *Take.it* da Torre (Figura 13) ocupa o espaço de uma antiga escola, localizada no centro do bairro. Ao seu lado encontra-se a associação de moradores. No *Take.it*, um jovem pode ser acompanhado por um técnico de intervenção social na construção de um “projeto de vida”, tratar de um currículo, jogar videojogos, utilizar computadores, gravar música no seu estúdio ou simplesmente conviver. As fortes sociabilidades que ali se dão fazem do projeto um “pedaço”, como teorizou Magnani (2003 [1984]; 2002), isto é, um tipo particular de apropriação do espaço urbano onde todos se conhecem; a presença dos seus membros é regular; e há, entre eles, códigos próprios de reconhecimento e comunicação.

O *Take.it* da Torre tem mantido uma forte vertente artística ao longo dos anos. Além de contar com um estúdio, foi dali que partiu o processo de intervenção de *street art*, como referimos anteriormente.

Figura 13. Processo de cocriação no estúdio do *Take.it* (2024)



Fotografia de Pedro Varela.

A *Somos Torre*, nascida oficialmente em 2017 com o apoio do *Take.it* e sediada no mesmo edifício, é atualmente dirigida por jovens afrodescendentes com percursos que se cruzam com o projeto.

<sup>13</sup> As suas iniciais querem dizer: talento, arte, criatividade e emprego.

A associação desempenha um papel central na dinamização cultural e social da comunidade, organizando anualmente o *Festival Infinito*, que transformou o bairro numa “tela” a céu aberto. A *Somos Torre* é igualmente essencial para a organização de colónias de férias e assume um papel fundamental na realização da *Festa da Comunidade*, um evento emblemático que anima o bairro durante um fim de semana de verão e promove o envolvimento dos moradores de todas as idades, fortalecendo os laços entre a população. Estas iniciativas têm consolidado esta associação como um pilar da juventude local e da mobilização comunitária.

Um dos seus dirigentes partilhou a sua perspetiva sobre a importância do associativismo na comunidade, refletindo também sobre como o bairro tem vindo a mudar ao longo do tempo:

“[O bairro] Era mato, era... estava mesmo tudo abandonado. E depois a cena foi desenvolvendo, e agora estamos no nível que estamos, felizmente. Existiram várias associações, e isso foi um trabalho que foi muito importante, porque sempre houve muita cultura de ter associações no bairro.... Foi bom haver isso desde o início, porque, depois, as gerações que vieram, e que criaram a associação [*Somos Torre*], também já sabiam a dinâmica de como é que funciona uma associação... E então, depois a própria câmara ficou com esse hábito de dizer: “Olha, aquele bairro: eles têm sempre uma estrutura organizada para nos vir apresentar projetos e para tentar pedir apoios e tudo mais”. Porque no início era bem mais complicado. Não era fácil sentares na mesa com o Presidente da Câmara e trocar uma ideia do que é que se queria desenvolver – digo com o presidente ou com o vereador. Só que isso foi feito tantos anos e houve tanto essa educação das duas partes, que chegou uma altura que para nós, isso já era uma coisa fácil. Então, acho que todos esses aspetos também acabaram por ser bué importantes para o desenvolvimento do próprio bairro, ter pessoas mais velhas que estiveram sempre ali a batalhar para que o bairro melhorasse e, pronto, que tivesse menos criminalidade. Isto de há uns anos para cá está bem melhor, também. Melhorou bastante.” (Entrevista a dirigente associativo de Otávio Raposo, 07/04/2023)

Para o desenvolvimento das suas atividades principais, a *Somos Torre* ainda conta significativamente com o suporte das autoridades locais e projetos de cariz social que funcionam no bairro, enfrentando, assim, o desafio futuro de consolidar a sua autonomia. A associação procura gerir cuidadosamente as relações de poder envolvidas, equilibrando o desejo de mais independência com a necessidade de manter o apoio e fontes de financiamento para sustentar as suas atividades. Este equilíbrio faz com que tenham um funcionamento versátil: por um lado, esforçam-se por construir uma identidade própria, focada nas necessidades e nos valores da juventude local; por outro, buscam manter uma relação colaborativa com as entidades que proporcionam recursos essenciais para a sua continuidade. Na verdade, o “empoderamento comunitário”, fomentado nesta associação, responsabilizou-os pela reabilitação e manutenção do espaço público, nomeadamente através da *street art*. No entanto, como refere Ash Amin (2005, p. 630), importa lembrar que o “empoderamento comunitário” se revela insuficiente para, por si só, transformar a economia e a sociedade nesses territórios.

Numa das entrevistas que realizámos, conversámos com um outro morador que, enquanto jovem, desempenhou um papel fundamental na renovação através da *street art*. Ele revelou que, embora tenha sido precursor de mudanças, agora sente uma certa nostalgia pelo bairro que conheceu. As suas palavras refletem uma ambivalência comum entre alguns residentes: o desejo de melhorias, mas também a sensação de perda de um passado que tinha uma identidade mais forte e maior autonomia face ao exterior. Abaixo, partilhamos um excerto da nossa conversa, onde este sentimento é expresso de forma marcante:

**Investigador:** Então, e o bairro mudou muito nesses últimos anos?

**Jovem morador:** O bairro está bué diferente. Mas acreditas que eu gostava como o bairro era antes?

**Investigador:** Ai é?

**Jovem morador:** Ya, perdeu-se bué de cenas. Tu queres fazer tanto as coisas, tanto mudar, mas, quando mudas, tu perdes um bocado daquela identidade, da Torre. Muitas vezes estou aqui e já não sinto como era a Torre, estás a ver? Aquela cena mais

comunitária. Às vezes até me arrependo de ter feito a arte urbana. Só estou a dizer isto aqui agora. Se soubesse não tinha feito aquela cena. Estão a vir bué pessoas para aqui morar, estão a vir bué de tipos de público. E era a coisa que eu queria, mas estou tipo, fogo... Está-se a perder bué a cena de bairro, as pessoas estão bué da “finas”, já não se pode se calhar nem meter um som alto, chamam logo a polícia. Mas, por outro lado, era aquilo que eu queria, estás a ver? Mas não queria perder aquela coisa do bairro. É estranho isto... (Entrevista a jovem morador de Otávio Raposo e Pedro Varela, 17/05/2023)

Este morador, embora tenha desejado a valorização do espaço público do bairro, lamenta agora a perda do espírito comunitário, as restrições que considera terem vindo com a reabilitação e aparentemente um certo enfraquecimento da independência da comunidade.

Colocam-se assim algumas questões: até que ponto é possível construir uma autonomia em relação às estruturas estatais e ao poder local? Até onde essas entidades externas permitem que essa autonomia se estenda? Quais são os limites do “empoderamento comunitário” para combater a marginalidade, segregação e estigma? Quais as interferências da intervenção do Estado no associativismo local?

## 6. Considerações finais

Tendo em conta as políticas públicas implementadas no Bairro da Torre, especialmente as promovidas pelo poder local, é inegável que ocorreram transformações significativas recentemente. No entanto, permanecem reflexões importantes sobre o impacto destas intervenções na autonomia local e nos custos associados ao aumento da influência externa, nomeadamente no que diz respeito ao associativismo comunitário.

Importa considerar se estas mudanças trouxeram, efetivamente, mais instrumentos para melhorar a qualidade de vida dos habitantes e até que ponto as intervenções no espaço físico conseguem enfrentar os problemas sociais que ali persistem. Além disso, coloca-se a questão de como transformar o espaço simbólico de um território marcado por décadas de marginalização e qual o futuro dos moradores mais jovens num contexto habitacional cada vez mais pressionado pela especulação imobiliária.

Como refere Uitermark (2014), em diversos países aposta-se em políticas de inclusão social de baixo custo, privilegiando uma abordagem focalizada em territórios específicos, em que o objetivo é tornar mais governáveis essas populações. Frequentemente, isso é realizado colocando as próprias comunidades a gerir a pobreza e a conflitualidade urbana e promovendo discursos que isentam o Estado das suas responsabilidades, transferindo o peso dos problemas sociais para essas populações – nomeadamente para a juventude – com discursos de empreendedorismo, empoderamento e protagonismo.

Regressando a Wacquant (2023) e à sua interpretação de Bourdieu, as transformações que este bairro tem sofrido afetaram profundamente o seu “espaço físico” e, conseqüentemente, o “simbólico”. No entanto, a marginalização que acontece neste território continua a ser determinada tanto pelo seu “espaço social”, marcado pela pobreza e racialização, quanto pelo “espaço simbólico”, caracterizado pela segregação socioespacial.

Como referimos na introdução, durante o nosso trabalho de campo, promovemos um processo de cocriação audiovisual com jovens. Não ficámos surpreendidos quando estes decidiram produzir um documentário que procurava apresentar o bairro de forma positiva para o exterior, ou seja com um foco no “espaço simbólico”. Desde que se iniciaram as filmagens, os seis jovens protagonistas sentiram a necessidade de desconstruir as narrativas dominantes que perpetuam o estigma sobre o seu bairro. Percorreram a comunidade, destacando lugares e pessoas que consideravam positivos. Filmaram-se no parque infantil, no campo de futebol e no *skatepark*, destacaram a importância do *Take.it*, acompanharam as visitas guiadas à galeria de arte urbana e entrevistaram jovens mais velhos que eram referências para si. Em frente ao antigo *graffiti*, onde se destaca a imagem do autocarro 404 e em grandes letras “Bairro da Torre” decidiram que o filme começaria com as seguintes palavras: “Olá, somos jovens do Bairro da Torre. O nosso filme é mostrar o lado positivo do bairro.”

A ideia de direito à cidade (Lefebvre, 2011 [1968]; Harvey, 2008) sublinha a necessidade de um espaço urbano inclusivo, acessível e democrático, onde seja possível transformar e construir a cidade num processo coletivo. Ao tentarem apresentar o seu bairro sob uma nova luz, os jovens deste território não estão apenas a lutar contra estigmas; estão a reivindicar um espaço que lhes pertence, a partir de um lugar que desafia as dinâmicas de exclusão e promove novas visões. A transformação da imagem do bairro não é apenas uma questão estética; trata-se também de desafiar as narrativas que desumanizam os moradores e de garantir que a todos os habitantes seja assegurado o direito à cidade.

Futuras políticas públicas nacionais e locais podem beneficiar de uma abordagem mais colaborativa e democrática, que envolva de forma continuada moradores e cidadãos nas etapas de diagnóstico, planeamento e implementação das ações. A valorização dos saberes e das experiências das comunidades pode constituir um caminho promissor para a construção de intervenções mais sustentáveis e ajustadas. Neste contexto o reforço da autonomia das estruturas locais e respeito pela sua independência são fundamentais.

À luz das transformações que têm ocorrido no Bairro da Torre, importa reconhecer que a busca por um espaço urbano mais justo e representativo é um processo que se desenrola continuamente e de forma complexa. As filmagens destes jovens, empenhados em reescrever as perspetivas exteriores sobre o bairro e oferecer novas visões sobre o seu lugar, destacam a importância da participação comunitária na construção de um futuro distinto. Contudo, a questão da autonomia local permanece fundamental, sugerindo que, para se conseguirem mudanças de facto, é essencial garantir que a comunidade seja escutada e respeitada nas decisões que definem o seu território a longo prazo. O futuro do Bairro da Torre é marcado assim pela tensão entre a transformação urbana e social, impulsionada por políticas públicas, a construção de autonomia comunitária e a luta contra a marginalização. A iniciativa dos jovens na liderança de atividades comunitárias e na criação de novas narrativas para o território reflete o desejo de atribuir novos significados a um espaço segregado, reivindicando o seu direito à cidade num contexto de desigualdade. Mantém-se o desafio de transformar o espaço físico, simbólico e social envolvendo ativamente os moradores, respeitando a memória e as aspirações da comunidade, nomeadamente da juventude e colocando as políticas públicas ao seu serviço e não o inverso.

## Financiamento

Este artigo foi produzido no âmbito do projeto Criatividades Periféricas: Juventude, Artes e Políticas Públicas em Territórios Segregados - PERICREATIVITY (2022.08993.PTDC), financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT). Disponível em: <https://doi.org/10.54499/2022.08993.PTDC>

## Bibliografia

- Aalbers, M., & van Beckhoven, E. (2010). The integrated approach in neighborhood renewal: More than just a philosophy?. *Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie*, 101(4), 449–461.
- Alves, A. R. (2019). 'For them, we are not humans!': Housing, space and monitoring of racialized violences in Portugal. *Revista Direito e Práxis*, 10(3), 2068-2096. <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2019/43878>
- Alves, A. R. (2021). *Quando Ninguém Podia Ficar: Racismo, Habitação e Território*. Lisboa, Tigre de Papel.
- Amin, A. (2005). Local community on trial. *Economy and Society*, 34(4), 612-633. <https://doi.org/10.1080/0308510042000317407>
- Antunes, G. (2018). *Políticas de Habitação - 200 anos. Lisboa, Portugal*. Caleidoscópio e Câmara Municipal de Lisboa.

- Baudry, S. L. (2017). Rome: A cultural capital with a poor working-class heritage. In M. Gravari-Barbas & S. Guinand (Eds.), *Tourism and gentrification in contemporary metropolises: International perspectives* (pp. 134–152). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315629759>
- Blokland, T. (2019). “We live like prisoners in a camp”: Surveillance, governance and agency in a US housing project. In J. Flint & R. Powell (Eds.), *Class, ethnicity and state in the polarized metropolis* (pp. 53–79). Palgrave Macmillan, [https://doi.org/10.1007/978-3-030-16222-1\\_3](https://doi.org/10.1007/978-3-030-16222-1_3)
- Becker, H. (1996). Conferência: a Escola de Chicago. *Mana*, 2(2), 177-188.
- Bourdieu, P. (2013). Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado. *Estudos Avançados*, 27(79), 133-144. <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/68707>
- Bourgois, P. (1995). *In search of respect: Selling crack in el barrio*. Cambridge University Press.
- Cachado, R. (2013). O Programa Especial de Realojamento: Ambiente histórico, político e social. *Análise Social*, 48(206), 135-152. <https://doi.org/10.31447/as0003253X.2013206>
- Campos, R., Júnior, J. L. A., & Raposo, O. (2021). Arte urbana, poderes públicos e desenvolvimento territorial: Uma reflexão a partir de três estudos de caso. *Etnográfica*, 25(3), 681–706. <https://doi.org/10.4000/etnografica.10747>
- Cascais Envolvente. (2013). *História e caracterização dos bairros sob gestão da Cascais Envolvente*. Cascais Envolvente.
- Castel, R. (1991). From dangerousness to risk. In G. Burchell, C. Gordon, & P. Miller (Eds.), *The Foucault effect: Studies in governmentality* (pp. 281-298). Chicago, The University of Chicago Press.
- Castells, M. (1975). Immigrant Workers and Class Struggles in Advanced Capitalism: The Western European Experience. *Politics and Society*, 5, 33-66.
- Censos (2021). *Subsecções Estatísticas (BGRI2021) com informação estatística censitária para Censos 2021*. Instituto Nacional e Estatística (INE).
- Cohen, S. (1985). *Visions of social control: Crime, punishment and classification*. Polity.
- Conselho de Ministros (2023). Resolução do Conselho de Ministros n.º 74/2023. *Diário da República*, 7 de julho de 2023.
- Cordeiro, G. (1987). *Laranjinha. Lazer, solidariedade: um ensaio de antropologia urbana*. Dissertação de Mestrado em Antropologia, FCSH-UNL.
- Das, V., Poole, D. (2004), State and its margins: comparative ethnographies. In V. Das e D. Poole (Eds.), *Anthropology in the Margins of the State*, Santa Fe, School of American Research Press.
- Diário da República (2001). Resolução da *Presidência do Conselho de Ministros n.º 4/2001: Aprova o programa de prevenção da criminalidade e inserção de jovens, denominado «Escolhas»*. Diário da República, 9 de janeiro de 2001.
- Donzelot, J. (1979). *The policing of families*. Pantheon Books.
- Fikes, K. (2009). *Managing African Portugal: The Citizen-Migrant Distinction*. Durham, Duke University Press.
- Gonçalves, A. T. (1999). “Periferias Centrais”: Notas sobre a habitação social no concelho de Cascais. *Intervenção Social*, 19, 129-139.
- Hancock, C., Blanchard, S. & Chapuis, A. (2018). Banlieusard.e.s claiming a right to the City of Light: Gendered violence and spatial politics in Paris. *Cities*, 76, 23-28.
- Harvey, D. (1973). *Social justice and the city* (Rev. ed.). University of Georgia Press.
- Harvey, D. (2008). The right to the city. *New Left Review*, 53, 23-40.
- Jacquier, C. (2005). On Relationships Between Integrated Policies for Sustainable Urban Development and Urban Governance. *Tijdschrift Voor Economische en Sociale Geografie*, 96, 363–376.

- Kwon, S. (2013). *Uncivil youth: Race, activism, and affirmative governmentality*. Duke University Press.
- Lefebvre, H. (2011 [1968]). *O direito à cidade*. Editora Centauro.
- Leite, M. P. (2012). Da “metáfora da guerra” ao projeto de “pacificação”: favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, 6, 374-389.
- Lojkine, J. (1979). O papel do Estado na Urbanização Capitalista - da política estatal à política urbana. In R. Forti (ed.), *Marxismo e Urbanismo Capitalista* (pp. 15-51), São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas.
- Machado da Silva, L. A. (Org.). (2008). *Vida sob cerco: Violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Editora Nova Fronteira.
- Magnani, J. G. C. (2003 [1984]). *Festa no Pedacço – Cultura Popular e Lazer na Cidade*, São Paulo, Hucitec e Unesp.
- Magnani, J. G. C. (2002). De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 17(49), 11-29. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092002000200002>
- Nicholls, W. J. (2006). Associationalism from above: Explaining failure through France’s Politique de la Ville. *Urban Studies*, 40(10), 1779–1802. <https://doi.org/10.1080/00420980600845349>
- Park, R. (1973 [1916]). A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In O. Velho (org.), *O fenômeno urbano* (pp. 26-67). Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- PER Atlas. (2019). *PER atlas*. <https://expertsproject.ics.ulisboa.pt/>
- Pereira, R. S. (1963). Problemática da habitação em Portugal - 2. *Análise Social*, 1(2), 225-269.
- Programa Escolhas (2025). *Programa Escolhas - Nona Geração*. IPDJ. <https://ipdj.gov.pt/programa-escolhas>.
- Raposo, O., Alves, A. R., Varela, P., & Roldão, C. (2019). Negro drama: Racismo, segregação e violência policial nas periferias de Lisboa. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 119, 5–28. <https://doi.org/10.4000/rccs.8937>
- Raposo, O. (2014). “This is Iraq. People are afraid”. Resistance and mobilization in the Maré favelas (Rio de Janeiro). *Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology*, 11(1), 11-49. <https://doi.org/10.1590/S1809-43412014000100001>
- Raposo, O. (2018). Guias da periferia: Usos da arte urbana num bairro precarizado de Lisboa. In R. de Sá Gonçalves & L. Ferro (Eds.), *Cidades em mudança: Processos participativos em Portugal e no Brasil* (pp. 127–144). Editora Mauad X.
- Raposo, O. (2022). The art of governing youth: Empowerment, protagonism, and citizen participation. *Social Inclusion*, 10(2), 1-12. <https://doi.org/10.17645/si.v10i2.5080>
- Raposo, O. (2023). Street art commodification and (an)aesthetic policies on the outskirts of Lisbon. *Journal of Contemporary Ethnography*, 52(2), 163-191. <https://doi.org/10.1177/08912416221079863>
- Razack, S. (Ed.). (2002). *Race, space and the law: Unmapping a white settler society*. Between the Lines.
- Salgueiro, T. B. (1977). Bairros clandestinos na periferia de Lisboa. *Finisterra*, 12(23), 123-132.
- Seixas, J., Antunes, G. (2019). Tendências recentes de segregação habitacional na Área Metropolitana de Lisboa, *CIDADES, Comunidades e Territórios*, 39, <http://journals.openedition.org/cidades/1555>
- Uitermark, J. (2014). Integration and control: The governing of urban marginality in Western Europe. *International Journal of Urban and Regional Research*, 38(4), 1418–1436. <https://doi.org/10.1111/1468-2427.12069>
- Wacquant, L. (2007). Territorial stigmatization in the age of advanced marginality. *Thesis Eleven*, 91(1), 66-77. <https://doi.org/10.1177/0725513607082003>

Wacquant, L. (2008). *Urban outcasts: A comparative sociology of advanced marginality*. University of California Press.

Wacquant, L. (2023). *Bourdieu in the city: Challenging urban theory*. Polity Press.

Wetering, S. V. (2020). Stigmatization and the social construction of a normal identity in the Parisian banlieues. *Geoforum*, 116, 303-312.

Wirth, L. (1938). Urbanism as a Way of Life. *American Journal of Sociology*, 44(1), 1-24. <http://www.jstor.org/stable/2768119>

## Fontes de Arquivo

AHMC. (1952–1973). *Processos de obra de edifícios municipais ou de interesse municipal: Bairro dos Pescadores da Torre* (PT/CMCSC-AHMCSC/AADL/CMC/M-A/001/118, CX 117). Arquivo Histórico Municipal de Cascais.

AHMC. (1960–1993). *Estudos e projetos de urbanização e/ou recuperação referentes ao Plano de Pormenor da Torre, Cascais* (PT/CMCSC-AHMCSC/AADL/CMC/L-A/006-003/166, CX 035). Arquivo Histórico Municipal de Cascais.

AHMC. (1960). *Vista aérea de Cascais vendo-se a Casa da Guia e o Farol da Guia* (PT/CMCSC-AHMCSC/AFTG/CAM/B/03198, CX 017). Arquivo Histórico Municipal de Cascais.

AHMC. (1964–1993). *Estudos e projetos de urbanização e/ou recuperação referentes à zona da Guia, Torre e Bairro do Rosário, Cascais* (PT/CMCSC-AHMCSC/AADL/CMC/L-A/006-003/148, CX 032). Arquivo Histórico Municipal de Cascais.

AHMC. (1975–1979). *Estudos e projetos de urbanização e/ou recuperação referentes à Torre (habitação social da Fundação Cardeal Cerejeira), Cascais* (PT/CMCSC-AHMCSC/AADL/CMC/L-A/006-003/167, CX 035). Arquivo Histórico Municipal de Cascais.

AHMC. (1986–2001). *Fotografias em papel (1986-2001)* (PT/CMCSC-AHMCSC/AECL/SCMC/J/001-001/004, CX 484). Arquivo Histórico Municipal de Cascais.

AHMC. (s.d.). *Processos de obra de edifícios municipais ou de interesse municipal* (PT/CMCSC-AHMCSC/AADL/CMC/M-A/001, CX 116). Arquivo Histórico Municipal de Cascais.

AMBTCCG. (1989). *Comunicado da Associação de Moradores do Bairro Social da Torre*. Arquivo da Associação de Moradores do Bairro da Torre e Cruz da Guia.

AMBTCCG. (s.d.). *Associação de Moradores do Bairro da Torre e Cruz da Guia* (PT/SGMAI/GCLSB/H-B/001/07729). Arquivo da Divisão de Documentação e Arquivo da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna.

Assembleia da República. (1980). *Diário da Assembleia da República, I Legislatura, 4.ª Sessão Legislativa (1979-1980), I Série - Número 37, Terça-feira, 15 de Abril de 1980, Reunião Plenária de 14 de Abril de 1980*. Assembleia da República – Debates Parlamentares.

Centro de Informação Geoespacial do Exército. (1986). *Fotografia aérea: Bloco de Lisboa F9 7 SCE4S 1986*. Centro de Informação Geoespacial do Exército.

CMC. (s.d.). *Cascais - Instituições Locais Bairro da Torre e Cruz da Guia*. Arquivo da Associação de Moradores do Bairro da Torre e Cruz da Guia.

Google Earth. (2023). *Bairro da Torre delimitado*. Google Earth.

Rota das Linhas (1995, 1 de novembro). *Jornal Rota das Linhas, n.º 120*. Biblioteca Nacional de Portugal.

RTP Arquivos. (2001). *Câmara de Cascais desaloja família*. RTP Arquivos. <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/camara-de-cascais-desaloja-familia/>

Sociedade Instrução Familiar da Torre. (s.d.). *Sociedade Instrução Familiar da Torre* (PT/SGMAI/GCLSB/H-B/001/03325). Arquivo da Divisão de Documentação e Arquivo da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna.

Como citar este artigo:

Varela, P. et al. (2026). "O Bairro está bué diferente". Políticas públicas, habitação e associativismo num território segregado em Cascais. *CIDADES, Comunidades e Territórios*, 52, e20261141091. <https://doi.org/10.15847/cct.41091>

Pedro Varela, Iscte - Instituto Universitário de Lisboa, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte), Portugal.

E-mail: Pedro\_Miguel\_Varela [at] iscte-iul.pt

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7332-8635>

Contribuições para o artigo: concetualização, investigação, metodologia, redação, revisão e edição.

Otávio Raposo, Iscte - Instituto Universitário de Lisboa, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte), Portugal.

E-mail: Otavio\_Raposo [at] iscte-iul.pt

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8000-6901>

Contribuições para o artigo: concetualização, investigação, metodologia, redação, revisão e edição.

Lígia Ferro, Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, Portugal.

E-mail: lferro [at] letras.up.pt

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2704-4308>

Contribuições para o artigo: concetualização, investigação, metodologia, redação, revisão e edição.

Rita Cachado, Iscte - Instituto Universitário de Lisboa, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte), Portugal.

E-mail: Rita.Cachado [at] iscte-iul.pt

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4715-5686>

Contribuições para o artigo: concetualização, investigação, metodologia, redação, revisão e edição.